



Agenda em Belém aborda sustentabilidade

Pesca industrial volta a ser debate em regiões do Pará

O ministro da Pesca e Aquicultura, Edipo Araujo, cumpriu na última quarta-feira, em Belém (PA), agenda com representantes da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) para discutir propostas voltadas à sustentabilidade e ao fortalecimento da pesca industrial no estado. O encontro também tratou de medidas para ampliar as exportações brasileiras de pescado, abrir novos mercados e apoiar empresas do setor. Durante a reunião, a direção da FIEPA apresentou propostas de ações para a sustentabilidade da pesca industrial paraense. O ministro destacou que o Pará tem papel estratégico na cadeia nacional e reforçou a necessidade de ampliar as oportunidades para o pescado brasileiro no mercado internacional. “Estamos tratando aqui também das exportações. Isso fica muito claro com a política do Brasil Soberano: o Brasil não pode ficar refém de país nenhum”, afirmou Edipo.

OAB RO analisa idoneidade moral em pedidos

A Câmara de Seleção e Habilitação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia (OAB RO) reuniu-se na tarde desta quinta-feira, 24, para deliberar sobre pautas decisivas referentes aos requisitos para o ingresso nos quadros da Ordem. Durante a sessão, o colegiado analisou dois incidentes de inidoneidade moral instaurados em processos de inscrição originária. Em estrito cumprimento ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), ambos os processos tramitam sob sigilo.



Em sessão realizada sob sigilo, colegiado indefere pedidos

PF bloqueia mais de R\$ 17 milhões em operação

A Polícia Federal deflagrou a Operação Combustão para investigar suspeitas de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e financiamento eleitoral irregular relacionado às eleições de 2022 no Amazonas. A ação cumpriu seis mandados de busca e resultou no bloqueio de bens e valores superiores a R\$ 17 milhões por determinação da Justiça Eleitoral. Segundo a investigação, o suposto esquema envolvia recursos de contratos firmados pela Associação Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental.

Acre abre caminho para novas oportunidades

O Governo do Estado do Acre divulgou o resultado definitivo da seleção para contratação de estagiários. A lista reúne os candidatos classificados após as etapas previstas no processo. Os nomes podem ser consultados no documento publicado pelo Executivo estadual. As áreas de formação estão definidas no edital. A convocação dos classificados seguirá os prazos previstos no edital atual.

Drogas

A Polícia Federal, o 5º Batalhão da Polícia Militar do Acre e o Grupo Especial de Operações em Fronteiras (Gefron) apreenderam 246,9 kg de drogas em Senador Guimard. A abordagem ocorreu após troca de informações entre as forças. Foram encontrados cerca de 167 kg de skunk e 79 kg de cloridrato de cocaína.

Ações médicas

O Ministério Público Federal recomendou ao Instituto Nacional do Seguro Social medidas para facilitar avaliações médicas no interior do Amapá. O documento pede planejamento para o Pre-vMóvel, atendimento presencial regular na agência do município de Amapá e recursos para ações itinerantes. A orientação busca reduzir deslocamentos locais.

Atividade

Belém recebeu no sábado (26) uma ação com serviços voltados à população LGBTQIAPN+. O atendimento será das 9h às 13h, no Mercado de São Brás. A programação inclui orientação jurídica, retificação de nome e gênero, assistência social, saúde, benefícios previdenciários, consulta processual e orientações sobre direitos.

Estiagem

O governo do Amazonas decretou situação de emergência por 180 dias devido à estiagem e às previsões de chuvas abaixo da média. O Decreto nº 55.486 considera também temperaturas acima da média e possível agravamento do cenário. A estimativa estadual é de que até 162 mil famílias, cerca de 648 mil pessoas.

Educação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.520/26, que cria a Universidade Federal da Fronteira Norte, no Amapá. A instituição será formada a partir do desmembramento do Campus Binacional de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (Unifap). A unidade terá cursos, estudantes, cargos e funções que já pertencem ao campus.

Ação da polícia

A Polícia Federal prendeu 2 pessoas e apreendeu R\$ 2,5 milhões em espécie após a retirada do valor de uma agência bancária de Belém. A ação integra investigação com atuação do Ministério Público Federal (MPF) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo a apuração, o dinheiro teria origem em desvio de recursos públicos.



Decisão histórica ocorreu dentro de aldeia após inspeção judicial

Justiça determina novas ações em terra indígena no Pará

Decisão prevê bases de segurança, saúde, água e educação em 6 aldeias

Da **Redação**

A Justiça Federal determinou medidas de segurança e políticas públicas para a Terra Indígena Alto Rio Guamá (Tiarg), no nordeste do Pará, após acolher integralmente pedidos do Ministério Público Federal (MPF). A decisão foi anunciada em 16 de setembro, na aldeia Cajueiro, após inspeção judicial de 2 dias. Entre as medidas estão bases de segurança e serviços básicos para 6 comunidades.

A decisão ocorreu após diligência de cerca de 450 quilômetros por estradas de terra, realizada em 14 e 15 de setembro. O objetivo foi avaliar o território após a desintrusão concluída em 2023.

Na vistoria, foram identificados pontos de insegurança e trilhas clandestinas. Em uma ponte sobre o Rio Tawari, no Ramal do Livramento, uma placa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) tinha marcas de disparos. A Polícia Federal havia erradicado cerca de 60 mil pés de maconha no interior da terra indígena.

A inspeção encontrou dificuldades de infraestrutura nas novas aldeias criadas em áreas antes ocupadas por não indígenas. Segundo o MPF, as comunidades enfrentam pro-

blemas de transporte, água potável e educação. O órgão ampliou os pedidos na ação civil pública e incluiu o Estado do Pará e os municípios de Paragominas, Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará.

A decisão estabelece prazo de 180 dias para a União e a Funai construírem e estruturarem 2 bases operacionais, em Tukumà'tyw e Waxa'i,Tyw, com presença contínua de pelo menos 16 agentes da Força Nacional ou de forças federais de segurança pública. Também determina 2 guaritas de controle de acesso em 45 dias.

União, Estado do Pará e municípios deverão recuperar, em 90 dias, ramais da antiga estrada vicinal Trans-tembé. A decisão prevê ainda planos para moradias, água, saúde, alimentação e transporte nas 6 comunidades. A Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc) deverá criar turmas de educação escolar indígena nas novas aldeias.

As determinações têm efeito imediato e multa diária de R\$ 10 mil para cada órgão público. Um comitê com representantes da Justiça Federal, MPF, Defensoria Pública da União, Funai, governos federal, estadual e municipais.